

AMV_30092015_Lista de perguntas**Senhor Presidente,**

- 1. Foram remetidos neste passado dia 28 de Setembro aos membros da AMV 'esclarecimentos' complementares sobre a situação de incompatibilidade do adjunto do Presidente da Câmara. Apesar dos mesmos, não considera que se justificaria um apuramento mais aprofundado da dita situação à luz dos seguintes factos:**
 - 1.1 – Em 28 de Julho o Dr. Frederico Bessa Cardoso declarou que o membro do GAP tinha renunciado ao cargo de gerente na empresa CAMEF. Já vimos que existe uma carta de renúncia do membro do GAP à gerência da sua empresa. Alguém garantiu ao senhor Presidente a **fiabilidade temporal do envio dessa carta** (registo dos CTT, entrega através de registo interno de protocolo, envio por e-mail, por exemplo) ou estamos simplesmente perante uma questão de fé?
 - 1.2 – Essa renúncia só foi registada na Conservatória de Famalicão no passado dia 10 de Setembro. Nos referidos 'esclarecimentos' complementares o Dr. Frederico declara que o registo do acto de renúncia não é indispensável para que o dito assuma carácter legal. Não o sendo, porquê então esta súbita vontade de 'demonstrar' a renúncia apenas a partir do momento em que o assunto foi suscitado em reunião pública de Câmara?
 - 1.3 – O que pensa fazer para averiguar se existem actos profissionais do senhor adjunto no período em que alegadamente já não era gerente da CAMEF, nomeadamente, celebração de contratos, autos de medição e/ou entrega de obras concluídas, entre outros?
 - 1.4 – Não considera importante esclarecer o mais que evidente conflito de interesses evidenciado em dois contratos de ajuste directo com a Junta de Freguesia de Valongo, o primeiro em 2013 com a intervenção do Eng.º Paulo Ferreira, ainda antes de assumir o cargo de adjunto e o outro em 2014 com a intervenção apenas do seu único sócio, através da Batiwork, uma empresa unipessoal quase desconhecida detida por aquele?
 - 1.5 – Fica claro que esta 'mulher de César não aparenta ser séria'. Não quer o senhor Presidente desenvolver alguns esforços para verificar se mesmo assim o será - apesar das aparências?
- 2. Conhece a lista de funcionários da Câmara autorizados a acumular outra actividade profissional nos termos da Lei?**
 - 2.1 - Entre muitas outras situações estranhas, conhece a situação concreta de um fiscal (o mesmo que foi punido no mandato anterior por corrupção em sede de processo disciplinar) que estando autorizado a acumular com a actividade profissional de 'compra e venda de imóveis', na realidade há anos que gere um gabinete de projectos de arquitectura?

2.2 - O que se lhe oferece dizer relativamente ao facto de este Fiscal, para além da situação estranha referida atrás, não ter sido - como era intenção inicial do Presidente da Câmara - colocado numa outra área que não a da fiscalização?

3. Tem conhecimento de uma queixa-crime apresentada pelo Presidente da Câmara contra um membro desta AMV (eu próprio) por difamação do Presidente e também da Câmara como entidade pública?

3.1 - Foi informado formalmente dessa queixa?

3.2 - Se foi, porque não deu conhecimento a este Órgão logo a seguir e se não foi, o que pensa fazer para que o executivo passe a respeitar mais os seus poderes como Presidente desta AMV?

3.3 - Faz tensões de acompanhar o desenrolar do referido processo?

3.4 - Qual o comentário que se lhe oferece fazer relativamente à aparente ligação desta queixa com a denúncia pública que fiz em meados de Abril relativamente à autoria do flyer clandestino da nossa campanha ("Polvo à Vallis Longus")? A referida queixa - um extenso 'relambório' que demorou duas horas a ser-me lido pelo Ministério Público - foi entregue a 20 de Maio, logo, tem tudo para parecer um acto de retaliação por parte do Presidente da Câmara.

Celestino Neves
(Membro independente)

AMV 30Set2015

Recomendação - Pela Construção do Centro de Saúde de Alfena

No contexto nacional, os promotores de bem-estar a pataco vivem os últimos dias de azáfama para nos tentar convencer que agora é que falam verdade e que agora as promessas são mesmo para cumprir...

Uns prometem fazer melhor. Porque não o fizeram até agora?
Outros prometem fazer diferente. Porque não o fizeram no passado recente?

Se nos situarmos no contexto local, uns e outros apoiam os propósitos de uns e outros. Há até quem ofereça regueifas 'tatuadas' aos 'inimigos' recentes de quem se disse tudo aquilo que nem Maomé se lembrou de dizer do toucinho.

Para todos eles, mas sobretudo para aqueles que têm a ver com o contexto restrito de Valongo os alfenenses pedem de forma muito especial e entre muitas outras coisas, o seguinte:

Que assumam hoje e aqui e antes de se saber quem vai ganhar o direito de governar o País de forma idêntica à de sempre, um compromisso claro para ajudar a pôr em cima da mesa o problema da construção do novo Centro de Saúde de Alfena. Não precisamos de mais cartas para a ARS-Norte mas apenas de acções e solidariedade activa.

Sugestão:

Que se organizar um 'cordão humano que ligue a velhinha USF ao novo espaço destinado ao Centro de Saúde e que se agende logo a seguir à tomada de posse do novo governo, uma ida a Lisboa (Ministério da Saúde) acções essas que devem envolver todas as forças vivas da cidade: Igreja, médicos, enfermeiros e restante pessoal, dirigentes e pessoal das escolas, utentes diversos, alunos, idosos, responsáveis do Poder local.

Já não chega fingir que queremos um novo Centro de Saúde, é preciso demonstrar esse querer exigindo-o!

Celestino Neves
(Independente)

AMV_30Set2015

Festa do Brinquedo e Grande Prémio José Magalhães (Alfena)
Declaração de protesto

O poder Local é por definição, o poder da comunidade.

Exercido de uma forma representativa pelos representantes eleitos pela maioria, na verdade estes não representam (apenas) essa maioria mas o todo. Portanto, o interesse da comunidade deve ser visto da forma mais abrangente possível.

No passado fim de semana teve lugar em Alfena um evento que à partida teria tudo para ser acolhido pela comunidade de forma consensual: a Festa do Brinquedo.

Assim não foi e aquilo que se passou foi de uma enorme irresponsabilidade – da Câmara Municipal, da Junta de Freguesia, das autoridades de segurança (GNR), de todos em conjunto ou de cada um pouco ? – e não pode repetir-se no futuro.

Fechar a principal via de ligação de Alfena ao território envolvente (Rua de S. Vicente) durante 5 dias, só pode ter sido decidido num momento de insanidade de todos os organizadores desse evento.

Os eventos – de âmbito cultural, recreativo ou de outro tipo, têm todo o interesse em suscitarem a adesão e não a revolta das populações e no fim de semana passado em Alfena houve pelo contrário, muitas centenas de cidadãos profundamente zangados com as ‘pedras’ que a Câmara, a Junta e a GNR lhes colocaram no caminho.

A agravar essa revolta, teve lugar na manhã de Domingo uma corrida de homenagem a um atleta olímpico da nossa terra – Grande Prémio José Magalhães organizado pelo Atlético Clube Alfenense - e que veio acrescentar o bloqueio da Rua 1^º de Maio ao bloqueio anterior, acrescido neste caso de muita descoordenação à mistura.

Assim não, senhores promotores de eventos!

Celestino Neves
(Independente)

Requerimento Apoios sociais aos idosos

Ermesinde, a freguesia mais urbana e populosa do Concelho de Valongo, tinha em 2001, pelos censos, 38 315 habitantes. Apesar dos censos de 2011 registarem um aumento residual da população, a verdade é que nos anos anteriores a 2001, o número de habitantes cresceu de forma repentina, não sendo acautelados os serviços/valências necessárias para o bem-estar das populações.

Hoje, são notórios esses constrangimentos, quando são requeridos pelos Ermesindenses apoios à sua qualidade de vida. Sendo ainda mais visível na camada idosa, devido ao aumento do envelhecimento da população.

O conjunto de respostas de apoio social para pessoas idosas cujo objetivo é privilegiar, através de serviços e equipamentos adequados, a manutenção dos utentes no seu meio familiar e social e promover o apoio à família, é escasso, por exemplo, em Ermesinde.

Na carta social, no que se refere a Ermesinde, encontramos que presta a resposta social Serviço de Apoio Domiciliário as seguintes associações:

Centro Social de Ermesinde - 120 utentes

Associação de Solidariedade Social - o amanhã da criança - 55 utentes

Casa do Povo de Ermesinde - 35 utentes

É do conhecimento público, situações de idosos que aguardam por uma resposta da Segurança Social neste âmbito, desde há mais de 5 anos e que continuam em lista de espera nas diferentes associações que prestam este serviço, tendo que recorrer a serviços privados que cobram valores inoportáveis pelas suas parcas reformas.

Mas será que a situação nas restantes freguesias do concelho é melhor?

Assim, vimos por este meio requerer que seja prestado a esta Assembleia, informação sobre os apoios sociais prestados aos idosos no concelho, nomeadamente:

Como é realizado o acompanhamento por parte do pelouro da ação social dos protocolos existentes?

Qual a capacidade de resposta às necessidades que o concelho tem a esse nível?

Quantos idosos se encontram em listas de espera?

Há alguma tentativa de rentabilizar recursos entre as freguesias?

Valongo, 30 de setembro de 2015

pel' A CDU - Coligação Democrática Unitária / Valongo





Senhor Presidente e Senhora e Senhor Secretários da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente e Senhora e Senhores Vereadores da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Todos os presentes,

Começo citando Francisco de Sá Carneiro, na Assembleia Nacional (1972) *"O que não posso, porque não tenho esse direito, é calar-me, seja sob que pretexto for."*

É público que, atualmente, várias organizações que representam as pessoas com deficiência estão em rutura com o Ministério da Educação e Ciência (MEC), que acusam de fazer *"gestão merceeira"* das Necessidades Educativas Especiais (NEE), e ameaçam suspender a atividade dos Centros de Recursos para a Inclusão (CRI).

Estes Centros são estruturas de apoio, geridas por instituições que trabalham com pessoas com deficiência, que prestam serviços complementares aos oferecidos pelas escolas públicas aos alunos com NEE.

O que está em causa é o modo de definição das necessidades de cada agrupamento escolar e a atribuição dos meios respetivos pelo MEC.

Ou seja, os planos de ação que são desenhados pelas escolas, onde é apontado o número de alunos com NEE e, em função disso, o que cada escola precisa em termos humanos e técnicos para o novo ano escolar, não são aprovados pela tutela tal como são apresentados pelas escolas, argumentando o MEC que há falta de verbas. Pior do que isso é que é o próprio MEC a dizer que tipos de apoios é que vão ser autorizados e quem são os alunos que o vão ter!!!

Também teremos de contestar o argumento da tutela de que aumentou o número de alunos apoiados, dado que o aumento no número de alunos é feito à custa da diminuição dos apoios específicos que passaram a ter a duração de meia hora. Convenhamos que apoios desta natureza não fazem qualquer sentido, é o mesmo que *"brincar aos apoios"*, é iludir o que são as necessidades, porque estes apoios não podem ter qualquer resultado prático do ponto de vista da intervenção.

Não tenho dúvidas em afirmar que os alunos ficam mal servidos, a escola fica mal servida e os técnicos que trabalham nos CRI ficam mal vistos ao estarem a patrocinar este tipo de mistificação. O número de alunos que se abrangeria com uma hora de apoio, se nós considerarmos só meia hora, pode duplicar, agora obviamente que com prejuízo da qualidade do trabalho que é desenvolvido.

É certo que as várias associações têm procurado discutir todas estas questões com a tutela, nomeadamente em sede de comissão de acompanhamento, uma estrutura criada pelo MEC, onde se sentam, não só o próprio ministério, como as cinco organizações representativas das crianças com deficiência.

Paralelamente, o MEC encomendou um estudo para avaliar a situação dos CRI, onde são identificados os vários problemas que as próprias organizações têm vindo a apontar. No entanto o MEC faz tábua rasa do estudo e continua a fazer uma gestão que é merceeira de um assunto que tem de merecer outro cuidado, mantendo critérios aleatórios para a atribuição dos apoios.

Nos últimos anos esta situação vem-se deteriorando, com consequências tremendamente negativas para este leque de alunos. O acesso a uma educação verdadeiramente inclusiva tem de ser uma regra e não uma esmola, um favor que é a política do atual MEC

Esperemos que o poder político saído das próximas eleições legislativas mude esta situação tremendamente exclusiva. Para isso teremos de estar atentos e ter ciente de que no nosso concelho também existem crianças com NEE, o que implica a atenção de todos nós.

Não podemos esquecer que, também, está nas nossas mãos, como representantes democraticamente eleitos, criar as condições para que TODAS as nossas Crianças, beneficiem de uma Educação VERDADEIRAMENTE Inclusiva, por um Portugal mais rico, mais solidário, mais Europeu.

Finalizo citando Nelson Mandela *“Não existe revelação mais nítida da alma de uma sociedade do que a forma como esta trata as suas crianças”*.

E as crianças com deficiência e/ou incapacidades também fazem parte da nossa Sociedade.

Muito Obrigado.

Assembleia Municipal de Valongo, 30 de Setembro de 2015

O Grupo Municipal do Partido Socialista,



(Armando Gabriel Teixeira Baltazar)

MOCÃO

Pelo apoio efetivo aos refugiados Pela criação duma rede de locais-refúgio

Em 2014 e apenas à Itália chegaram mais de 170.000 pessoas por via marítima, fugindo da guerra e da pobreza nos seus países de origem. Dados da Agência da ONU para os Refugiados indicam que durante a travessia do Mediterrâneo e só no ano de 2015, morreram mais de 2.500 pessoas. A desumanidade da situação pôs a claro a falta de solidariedade de países da U.E. e a falência da política comum de imigração.

Exige-se das instâncias europeias e nacionais que debatam o drama que está a ser vivido por muitos milhares de pessoas que querem chegar à Europa por via marítima mesmo correndo perigo de vida. Em vez de dispendiosas operações militares no Mediterrâneo, em vez da construção de muros na Hungria ou da xenofobia de governos como o do Reino Unido, o drama humano que se está a viver exige que se preste atenção às verdadeiras causas desta situação: a política de guerra e de rapina económica que está a ser patrocinada no Médio Oriente e em África por um sistema económico desumano, como diz o Papa Francisco, e que se avancem as respostas adequadas.

Também a nível local se deve trabalhar para ajudar a solucionar este problema. Um movimento solidário de grandes dimensões começou a surgir nas últimas semanas, mostrando que há gente disposta a defender as liberdades e os direitos humanos. Por toda a U.E, há autarquias a anunciar a sua disponibilidade para participar numa Rede de Locais de Acolhimento para Refugiados, que acolham pessoas a chegar à Europa. É um dos caminhos a percorrer.

A Assembleia Municipal de Valongo reunida em 30/09/2015, DELIBERA:

1 – Reclamar das instituições europeias que desenvolvam uma nova política de asilo e migração europeias que dê prioridade às pessoas e aos direitos humanos, ativando políticas de concessão de vistos humanitários e os mecanismos previstos na Diretiva 2001/55/CE de Proteção Temporária para responder a emergências humanitárias;

2 – Manifestar a sua disposição em ajudar e acolher na área deste Concelho pessoas que fogem da guerra e da perseguição nos seus países.

O representante do Bloco de Esquerda



Moção

Contra o aumento do preço da água Contra a privatização do sector das águas

Aumentos no preço da água até 40%, é o que poderá acontecer aos moradores do Concelho de Valongo se for integralmente concretizado o processo de reestruturação do sector das águas desencadeado pelo governo.

O que significa a extinção das Águas do Douro e Paiva que abastece de água em alta 20 municípios do Grande Porto e a sua fusão à força numa nova empresa chamada Águas do Norte, com sede em Vila Real? Uma das consequências desta decisão é que os 20 municípios associados terão que pagar nos próximos 5 anos mais 38 milhões de euros do que atualmente, com enorme aumento do preço para os consumidores.

A política de austeridade tem sido cortar salários e pensões, empobrecer a maioria da população. Mas também entregar aos privados serviços públicos como o da distribuição da água.

Municípios como o de Valongo investiram milhões de euros na melhoria do sistema de captação no rio Douro da água para abastecimento público. Agora, com a reestruturação do sector, PSD e CDS-PP querem apoderar-se dos equipamentos e outros ativos dos sistemas de distribuição de água em alta.

Não podemos permitir que ideias políticas neoliberais levem a um enorme aumento do preço da água. Não podemos permitir que a água, bem essencial para a vida humana, seja entregue a privados.

Nenhuma força partidária deve fugir às consequências das suas escolhas políticas. Ao extinguirem as Águas do Douro e Paiva, PSD e CDS-PP devem assumir a responsabilidade pelo aumento das faturas da água.

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 30 de Setembro de 2015, não podendo ficar indiferente às alterações do sistema de distribuição de água em alta que vão prejudicar os consumidores, manifesta:

- 1. A sua discordância pela atuação do governo PSD/CDS-PP de desprezar a opinião e vontade das autarquias quanto à reestruturação do sector das águas;**
- 2. O seu repúdio pela privatização e enorme aumento do preço da água que estão a ser preparados.**

O representante do Bloco de Esquerda

Nuno Monteiro

Hospital de Valongo, um ano depois.....!

Decorria o ano de 2014, e uma das questões que se discutia no Concelho de Valongo era o fecho do Serviço de Urgência do Hospital de Valongo! Para uns considerados "ilustres" não fazia sentido este se manter aberto! Para outros, os "não ilustres" era algo importante, algo que sentiam próximo e que durante muitos anos resolveu inúmeras questões de saúde a muitos munícipes, cidadãos! Apesar de chamada a atenção das entidades para a necessidade da existência de um serviço de atendimento urgente! Para a dificuldade e custos inerentes ao facto de terem que se deslocar para o Hospital de S. Joao! Apesar de ter sido pedido para primeiro criar um atendimento permanente noutra local de forma a servir a população e então depois utilizar o espaço para a instalação do então prometido Centro de Hemodiálise! Eis que o poder impera, a população é ignorada e ocorre o fecho do Serviço de Urgência do Hospital de Valongo no dia 15 de Julho de 2014!

Podem crer que ninguém nesta AM desejaria mais do que eu que as decisões tomadas tivessem melhorado a assistência na doença aos Valonguenses. Mas tal não aconteceu! Promessas foram feitas e não cumpridas! Eu, como eleito pelos Valonguenses não posso senão denunciar o que os munícipes me transmitem apesar das tentativas de silenciamento, apesar das ameaças contra a Liberdade de Expressão, contra a Liberdade de opinião dentro de uma Instituição como é a Assembleia Municipal.

Como eleito pelos Valonguenses, é meu dever ouvir e defender a população! Quando ouço esta mesma população, o que fica é um sentimento de vazio! As pessoas sentem uma saúde pior, mais custos para transporte, muito mais tempo perdido á espera de atendimento (aliás, inúmeras vezes noticiado nos meios de comunicação social)! E o que respondem as instituições? Com números!!!

Quando a população diz que tem saudades de outros tempos, em que não demorava 6 horas a ser atendido! E o que respondem as instituições? Com números!!! Quando ouço as queixas dos Valonguenses sobre a falta que faz o atendimento do Serviço de Urgência de Valongo pelo facto de o Centro de Saúde de Campo não dar resposta às necessidades! E o que respondem as instituições? Com números!!!

Hoje, o Centro de Hemodiálise não está instalado!

Podem responder com estatísticas, com tabelas, gráficos! Mas há algo que não é possível quantificar, mas que é mais importante do que números! Os sentimentos e as sensações das pessoas, dos munícipes, dos cidadãos! Apesar das promessa vãs, Valongo está pior, muito pior!

Quantos mais anos vão ter os Valonguenses que esperar para sentir mudanças!

Para quando pessoas que cumprem o que prometem? Será assim tão difícil prometer apenas o que se pode cumprir?????

BE Valongo

Nuno Monteiro

MOÇÃO Acessibilidade em Ermesinde Extinção de portagens em Valongo

Com a abolição da portagem no nó de Ermesinde, os moradores da freguesia de Valongo, por forma a evitarem o pagamento da portagem, começaram a utilizar a entrada de Ermesinde para acederem à A4 e para saírem da mesma. Assim, a confluência de veículos provenientes de outras freguesias limítrofes, como é o caso de Alfena e Valongo, que para evitarem custos preferem entrar na A4 através deste nó, veio provocar um aumento significativo de automóveis às horas de ponta, que se acumulam em filas intermináveis, dificultando as acessibilidades e os tempos necessários para efetuar qualquer viagem.

Prevê-se o alargamento da A3, mas não há qualquer indício que mostre que, por exemplo, os antigos pórticos em Ermesinde vão ser retirados, para permitir uma maior fluidez de trânsito. Por isso, na opinião da CDU, o alargamento da A3 não irá solucionar o problema existente, na saída e entrada para a autoestrada pelo nó de Ermesinde. Apenas a retirada dos antigos e a abolição da portagem em Valongo, poderia vir a minorar este problema.

Para agravar mais esta situação, as constantes medidas levadas a cabo pelos últimos governos que incentivam uma política de privatizações dos serviços públicos de transportes, que assentam numa questão economicista, com redução de serviços prestados e na menor qualidade dos mesmos, que tenderá a agravar-se no futuro caso não haja uma preocupação latente por parte dos interessados.

Neste sentido e considerando que nada foi feito na ligação ao nó de Ermesinde para facilitar o acesso às autoestradas em causa, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 30 de setembro de 2015, no exercício do seu dever de defesa dos interesses da população do seu concelho, delibera:

- Propor ao Governo, a abolição das portagens no nó de Valongo e a retirada dos antigos pórticos, por forma a libertar o fluxo diário de tráfego proveniente desta freguesia que conflui para o nó de Ermesinde, reduzindo assim os condicionalismos existentes na entrada e saída desse nó.
- Enviar cópia desta moção ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro da Economia, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Valongo, 30 de setembro de 2015

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo

Ass. M. Val.



Doc. 10

Partido Socialista - Valongo

Voto de Louvor

O Clube de Ciclismo de Sobrado com a equipa de ciclismo W52, Quinta da Lixa, Jetclass venceu, mais uma vez, a Volta a Portugal em Bicicleta em 2015. Pelo terceiro ano consecutivo a equipa da Vila de Sobrado vence a prova rainha do ciclismo nacional.

Tal como em 2014 a vitória da Camisola Amarela foi do **Gustavo Veloso** e a equipa venceu também por equipas. Pela terceira vez consecutiva a equipa de Sobrado vence a Camisola Amarela na Volta a Portugal o que é caso único no ciclismo nacional.

Mais uma vez a Vila de Sobrado e o Concelho de Valongo foram colocados bem alto no panorama do ciclismo nacional e a vitória trouxe a Sobrado e a Valongo uma grande notoriedade. Os sobradenses souberam receber os Campeões com uma grande festa no final da Volta e estes reconheceram o apoio das pessoas.

A Vila de Sobrado é uma terra de campeões no ciclismo com o Fernando Moreira, o Joaquim Leão e o Nuno Ribeiro todos vencedores da Volta a Portugal, um fato único no ciclismo nacional.

Assim em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 30 de Setembro de 2015, é aprovado um voto de louvor ao Clube de Ciclismo de Sobrado, ao Gustavo Veloso, vencedor Camisola Amarela, ao Nuno Ribeiro, Presidente do Clube, e à restante direcção e equipa técnica e a todos os atletas da equipa.

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Valongo:



Doc. 11

Assembleia Municipal de Valongo
Sessão Ordinária – 30 de setembro de 2015

REQUERIMENTO

Tendo vindo a público informação relativa ao apoio a prestar por autarquia locais aos refugiados que têm chegado a território europeu vindos de cenários de guerra, **requer-se que a Câmara Municipal esclareça se prestará tal apoio e quais as medidas tomadas até este momento nesse sentido.**

Valongo, 30 de setembro de 2015

Pela bancada PPD-PSD/PPM,

(Daniel Torres Gonçalves)



Senhor Presidente e Senhora e Senhor Secretários da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente e Senhora e Senhores Vereadores da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Todos os presentes,

VOTO DE LOUVOR À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE VALONGO

Ao longo dos seus 60 anos, a Associação Desportiva de Valongo muito tem prezado e desenvolvido a prática desportiva do hóquei patins no nosso concelho, bem como a nível nacional.

Com o seu mérito e de forma honrosa tem desenvolvido nesta atividade desportiva uma formação de excelência e de referência nas camadas jovens, na qual tem angariado títulos distritais e nacionais face ao prezado esforço e dedicação desta modalidade, enriquecendo o seu palmarés desportivo.

Face esta dedicação e esforço, que continua a ser notável e expansivo em conquistas, lembremos que na época 2013/2014 conquistou o mais alto título do campeonato nacional de hóquei patins, o de campeão nacional de Seniores, e em 2014 conquista a Supertaça António Livramento, sendo ainda de referenciar que diversos atletas foram convocados para representar a Seleção Nacional nos diversos escalões.

Presentemente, a Associação Desportiva de Valongo presenteia-nos a todos nós com mais um título nacional, ao vencer o Campeonato Nacional de Sub 15, título que muito dignifica a nossa prezada associação, e bem assim o nosso Município de Valongo, pela sua coragem e força no desenvolvimento desta prática desportiva que tem sido notável e gloriosa.



Grupo Municipal do Partido Socialista

Deste modo, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta este Voto de Louvor à Associação Desportiva de Valongo, pelo seu mérito e valor desportivo, que enaltece o nosso Município e a Modalidade no panorama do desporto a nível Nacional.

d/c. Para reconhecimento a digníssima associação.

Assembleia Municipal de Valongo, 30 de setembro de 2015.

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

(Narciso Moura)



Requerimento

O Grupo Municipal do PSD/PPM vem por este meio solicitar à Câmara Municipal de Valongo, através da mesa, que seja dado conhecimento a todos os grupos municipais os relatórios e avaliações técnicas sobre os serviços prestados por todas as entidades parceiras no âmbito das actividades de animação e apoio á família.

Ermesinde, 30/09/2015

Pelo Grupo Municipal do PSD/PPM

(Daniel Filipe Alves Felgueiras)



Lançamento de Derrama para 2016

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,

Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara e demais Vereadores,

Excelentíssimos Srs. Deputados,

Público e Comunicação Social aqui presente,

A derrama é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas, sendo a sua taxa fixada anualmente pelos diferentes municípios.

Partindo desta premissa, isto é, assumindo que a incidência tributária é sobre lucros e não sobre rendimentos correntes e fundamentais à gestão regular das Empresas, e lembrando os compromissos assumidos por esta Autarquia em sede de Plano de Ajustamento Financeiro, ao abrigo do PAEL, a proposta apresentada pelos demais partidos do executivo, merecem do Partido Socialista os seguintes alertas:

O PS quando assumiu o compromisso de redução do IMI, nomeadamente nas propostas analisadas no decurso das reuniões de executivo, sempre teve como orientação, por um lado, desonerar as famílias do brutal aumento de impostos aplicado pelo Governo, por outro, permitir algum tipo de incentivo, quer no âmbito da natalidade, quer no âmbito da requalificação urbanística da cidade, subsumindo-se um aumento da qualidade de vida no Concelho e por conseguinte dos cidadãos.

Sem prejuízo, sabia o PS, como sabiam os demais partidos, que a situação financeira da Câmara se mantém com inúmeros constrangimentos, pelo que, em boa-fé, sempre foi esperança do PS encontrar com os demais partidos representados, uma alternativa à consignação de receita ao Município, como por exemplo, através da discussão da proposta de derrama.



Grupo Municipal do Partido Socialista

Ora, permitindo-me regressar ao início da intervenção, sublinho que este imposto se destina aos lucros das empresas, pelo que é entendimento do PS que seria a forma mais socialmente justa de fazer face à redução do IMI, sem com isto pretender qualquer aumento, mas igualmente, sem pretender colocar numa dimensão ainda mais asfixiante a situação financeira da Câmara.

Assim, entende o PS que a proposta de redução de derrama, até pelos efeitos praticamente nulos nas Empresas, será um erro de gestão que condicionará a gestão financeira do Município, o que resultará num constrangimento adicional para a continuidade de um serviço orientado para a qualidade e prontidão de resposta aos munícipes.

É bom que todos se recordem desta questão, porque quando o PAEL foi aprovado, tacitamente, os partidos assumiram um conjunto de obrigações no âmbito da receita e da despesa, sendo completamente irresponsável nesta fase, porventura mais que em muitas outras onde o PS foi sensível às condicionantes financeiras da Autarquia, apresentar e fazer aprovar uma proposta deste teor.

Cumprе ainda acrescentar, como é repetidamente veiculado por vários partidos, nomeadamente em funções governamentais, a existência de uma recuperação económica galopante, tornando-se incompreensível que neste momento e nesta realidade se apresente uma proposta que apenas se vai refletir positivamente nos lucros das empresas, tornando-os menos tributáveis, em claro prejuízo da capacidade de resposta do Município às famílias.

Por todo o exposto, o PS votará contra esta proposta porque entende ser inoportuna e com claro prejuízo para a Autarquia e seus munícipes.

Valongo, 30 de setembro de 2015

O Grupo Municipal do Partido Socialista

(Daniela Santos)

Imposto Municipal sobre Imóveis referente a 2016

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restantes membros,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhoras e senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Cidadãs e Cidadãos presentes,

Conscientes da pertinência desta redução, ainda que vinculada a famílias que possuam habitação própria e com dependentes a cargo, sem considerar a real dimensão socioeconómica das famílias;

Conscientes dos apoios educativos e sociais que a este nível a Câmara Municipal já disponibiliza às famílias do Concelho, que atendem à dimensão social e económica destas famílias;

Conscientes da verdadeira ginástica financeira que o Executivo Municipal tem que fazer perante qualquer medida de redução da receita, fruto do espartilho chamado PAEL, que aterrou em 2012 e estará cá no Concelho até 2026;

O Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente a manutenção da taxa de IMI para todos os imóveis urbanos, bem como a redução da taxa sobre os prédios urbanos de 5%, 7,5% e 10% para famílias com 1, 2 e 3 ou mais dependentes a cargo, respetivamente.

Valongo, 30 de setembro de 2015.

O Grupo Municipal do Partido Socialista,